

A tabela definitiva foi publicada no site do IEPHA-MG nesta quarta-feira (20/8). O Governo de Minas, por meio da Secult-MG e o IEPHA-MG tem a alegria de anunciar que neste ano de 2025, 839 dos 853 municípios pontuaram no ICMS Patrimônio Cultural, o que representa mais de 98% de participação no programa, significando um grande alcance territorial e o sucesso da política de incentivo, gestão e promoção do patrimônio cultural mineiro.

De acordo com a Diretoria de Promoção - DPR, responsável pelo programa no Instituto, foram analisados pelo IEPHA/MG mais de 5500 conjuntos documentais enviados ao Exercício 2026 do Programa.

Os municípios pontuados recebem os recursos relativos a esta cota-parte do ICMS, conforme critérios da Lei Robin Hood, ao comprovarem que a política municipal de patrimônio cultural está bem estruturada, desenvolvida de acordo com as orientações propostas pelo IEPHA-MG, e com a participação da comunidade e dos Conselhos de Patrimônio Cultural, ações de proteção, conservação e promoção dos bens culturais.

Como receber os recursos

Para receber os recursos, o município, com a participação da comunidade deve construir e colocar em prática sua política de proteção ao patrimônio cultural desenvolvendo-a para que se efetive como política pública local. A pontuação obtida ao cumprir esses critérios é informada pelo IEPHA-MG à Fundação João Pinheiro, que calcula os valores a serem repassados mensalmente aos municípios participantes. O cálculo segue o estabelecido na lei nº 24.431 de 2023, que estabelece os critérios para distribuição da cota-parte do ICMS em Minas Gerais, incluindo o critério Patrimônio Cultural.

Encontros virtuais e presenciais

Este ano, o IEPHA-MG já realizou 12 Rodadas do Patrimônio Cultural sendo 06 presenciais e 06 virtuais, para tirar dúvidas dos gestores municipais e da sociedade em relação à política de patrimônio cultural do estado. Cada encontro, realizado no canal do Instituto no Youtube, atinge, em média, cerca de 700 municípios. Os vídeos gravados ficam disponibilizados no Youtube possuem grande alcance e já ultrapassam mais de 2 mil visualizações cada. Clique aqui para assistir às Rodadas Virtuais no canal do IEPHA-MG no Youtube.

ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL: 30 ANOS DE UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MINEIRO

O ICMS Patrimônio Cultural é um programa do IEPHA-MG que incentiva à

preservação do patrimônio cultural do Estado. Ele funciona por meio de repasse dos recursos aos municípios que preservam seu patrimônio e suas referências culturais, através de políticas públicas relevantes.

O Programa ICMS Patrimônio Cultural do IEPHA-MG é a política pública na área da preservação, conservação e gestão do patrimônio cultural mais importante já desenvolvida no Brasil. Em 2024 foram destinados mais de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) para os municípios. Nos últimos 04 anos foram mais de R\$480.000.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões) em recursos nessa área. Grande parte do dinheiro é destinado para que as cidades invistam na manutenção e conservação de seus bens materiais; como casas, praças, igrejas; na salvaguarda de patrimônios imateriais; como mestres, saberes, festejos e celebrações e em ações de educação para o patrimônio cultural.

O programa estimula as ações de salvaguarda dos bens protegidos pelos municípios por meio do fortalecimento dos setores responsáveis pelo patrimônio das cidades e de seus respectivos conselhos em uma ação conjunta com as comunidades locais. O repasse de recursos é feito através da redistribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios no Estado de Minas Gerais, é reconhecida nacionalmente como uma das políticas pioneiras e eficazes de municipalização da proteção do patrimônio cultural.

Para o repasse dos recursos advindos do Critério do Patrimônio Cultural, os municípios devem comprovar que possuem ações de gestão para a preservação dos bens culturais locais.

O IEPHA-MG é a instituição responsável por estabelecer, acompanhar e avaliar as diretrizes relativas ao referido critério para a efetivação do repasse de recursos aos municípios. A gestão e a definição das políticas de proteção do patrimônio cultural são ações municipais inerentes dos gestores públicos.

O resultado desta política mostra que mais de 90% dos municípios mineiros contam, hoje, com um Conselho Municipal de Patrimônio Cultural atuante e, portanto, efetivam a gestão de seus bens culturais.

ORIENTAÇÕES

O Instituto oferece orientação técnica aos municípios, que pode ser feita pelo e-mail icms@iepha.mg.gov.br ou, também, em atendimento por telefone (31) 3235-2889 / 2891 ou Whatsapp: (31) 98208-2982

Veja como foi a participação do seu município na pontuação definitiva - exercício 2026 no site www.iepha.mg.gov.br ou [baixe a tabela aqui](#)

[\(PDF\)](#).